

Thiago Oliveira Lima Matioli e Alexandre Barbosa Fraga

**7º ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**GT 16: Relações entre currículo e avaliação no ensino de Sociologia na
educação básica**

Coordenadores: Agnes Cruz de Souza e Alexandre Barbosa Fraga

**O ENEM NO GOVERNO BOLSONARO: AS PROVAS DE
CIÊNCIAS HUMANAS DE 2019 E 2020**

Belém, Pará

2021

O ENEM NO GOVERNO BOLSONARO: AS PROVAS DE CIÊNCIAS HUMANAS DE 2019 E 2020

Thiago Oliveira Lima Matioli¹
Alexandre Barbosa Fraga²

Resumo: O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) apresenta, pelo menos, dois objetivos: avaliar o aprendizado acumulado pelos estudantes durante a Educação Básica e permitir o acesso deles ao ensino superior. Após a sua reformulação em 2009, quando este segundo objetivo se tornou mais proeminente, as questões do exame passaram a ser classificadas por áreas de conhecimento. A prova de Ciências Humanas e suas Tecnologias, desde então, reuniu os componentes curriculares de História, Geografia, Filosofia e Sociologia, articulando seis competências e trinta habilidades de uma mesma matriz de referência. Ao longo desse período, alguns pesquisadores, cada qual elegendo um recorte temporal distinto, analisaram a presença da Sociologia e as formas como seus conhecimentos foram cobrados de 2009 a 2018. As provas de 2019 e 2020 de todas as áreas de conhecimento do ENEM, realizadas no governo Bolsonaro, apresentaram a especificidade de terem sido compostas após a inspeção ao banco de itens por uma comissão criada pelo governo federal, que, na prática, aprovou e reprovou questões por motivos ideológicos. Contribuindo para esse esforço de pesquisa, o objetivo deste trabalho é examinar as provas de Ciências Humanas do ENEM de 2019 e 2020, de forma a observar possíveis mudanças em relação sobretudo à presença da Sociologia. A análise dos pareceres da comissão e das provas indica que, sob a justificativa de “direcionamento do pensamento”, determinados temas e interpretações não puderam constar no exame.

INTRODUÇÃO

Faz quase dez anos que nós temos pesquisado a participação da Sociologia nos sistemas de avaliação externos à escola (FRAGA; MATIOLLI, 2012, 2013, 2014, 2015a, 2015b, 2015c, 2018, 2021; MATIOLLI, 2020). Como parte desse esforço, muitas vezes nos debruçamos sobre os editais e as edições do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e nos perguntamos: como a Sociologia é cobrada, quais conteúdos (temas, conceitos e teorias) caem nas provas e de que maneira isso impacta o trabalho dos/as professores/as e o ensino da disciplina? Nesse caminho, a primeira etapa de nossa agenda

¹ Professor do Colégio Universitário Geraldo Reis da Universidade Federal Fluminense (COLUNI/UFF) e do Colégio Marista São José Unidade Tijuca. Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP. E-mail: thiagoolmatioli@gmail.com

² Professor da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ) e da Faculdade de Educação da UFRJ. Pós-doutorando e Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. E-mail: alexbraga@yahoo.com.br

de pesquisa foi a análise das provas de vestibulares e do ENEM, com o intuito de compreender as formas pelas quais a Sociologia vinha sendo cobrada. Acreditávamos que esse enquadramento alterava o grau de liberdade e de legitimidade dessa disciplina na educação básica. No ENEM, observamos a presença da Sociologia em suas contribuições para a redação, na contextualização de questões das outras disciplinas de Ciências Humanas, no diálogo interdisciplinar com pelo menos mais uma disciplina e em questões com textos de cunho sociológico a serem interpretados.

A segunda etapa da pesquisa consistiu em refletirmos sobre o conhecimento prévio exigido nas provas. Analisamos quais os conteúdos da Sociologia estavam sendo cobrados e, comparando os editais de vestibular de algumas universidades às propostas curriculares de vários estados, vimos que era possível chegar a um mapa comum. Em seguida, professores/as foram entrevistados/as na terceira etapa, permitindo-nos observar os efeitos concretos da presença da Sociologia nesses exames – ou pelo menos da construção de um imaginário sobre a sua participação mais efetiva neles – para o currículo da disciplina no Ensino Médio e para as práticas cotidianas de sala de aula.

Por fim, a quarta etapa da agenda abordou, de forma mais aprofundada, a redação do ENEM, cujas características específicas são apresentar sempre temática ligada a algum problema brasileiro e requisitar do/a candidato/a a indicação de propostas de intervenção. Nessa produção textual, a Sociologia pode colaborar para a interdisciplinaridade, citando autores e conceitos; fugir do senso comum, valendo-se da imaginação sociológica e, portanto, de uma preocupação com a influência dos condicionamentos sociais; esclarecer o que são e como não desrespeitar os direitos humanos; discutir de maneira aprofundada temas de ordem social, cultural ou política; e cumprir as três etapas lógicas esperadas: problema, causas e soluções.

No presente trabalho, quinta etapa da pesquisa, propomos uma nova direção de análise. Em vez de partirmos das provas em si, para investigar seus efeitos diretos sobre a prática docente, buscamos identificar os traços de uma mudança recente no contexto político nacional: a eleição de Jair Messias Bolsonaro para a Presidência da República. No início de seu mandato, mais especificamente em março de 2019, o INEP criou uma comissão verificadora dos itens do ENEM, a qual analisou as questões existentes no Banco Nacional de Itens (BNI) e recomendou, por motivos supostamente técnicos, aquelas que não deveriam ser utilizadas nas provas. Nesse sentido, o primeiro objetivo

desta pesquisa é examinar o relatório da comissão verificadora dos itens do ENEM, com o intuito de entender os critérios para aprovar ou reprovar questões.

Esse quadro, permeado por discursos, ações concretas e preocupação de colegas professoras e professores, torna necessário um exame cuidadoso das provas do ENEM aplicadas nos últimos dois anos. Sendo assim, o segundo objetivo deste trabalho é analisar as provas de Ciências Humanas nas duas edições realizadas durante o governo Bolsonaro, de forma a verificar possíveis mudanças em relação à presença da Sociologia observada em anos anteriores, quando não havia a interferência dessa comissão de avaliação. A fim de comparar como a Sociologia apareceu nessas duas edições do ENEM e nas demais, dialogamos com pesquisas de outros/as pesquisadores/as (BARBOSA; MARTINS, 2015; SOUZA, 2017; MOURA, 2018; RIBEIRO, 2020) que investigaram as formas pelas quais os conhecimentos dessa disciplina foram cobrados de 2009 a 2018.

O RELATÓRIO DA COMISSÃO VERIFICADORA DOS ITENS DO ENEM 2019

Na edição de 2018 do ENEM, aplicada no mês de novembro, a prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias continha uma questão sobre o Pajubá, dialeto que seria específico das populações LGBTQI+. Exigia-se do candidato não obviamente que conhecesse o Pajubá, o exemplo trazido no texto-base, mas que fosse capaz de reconhecer qual a característica necessária para que o patrimônio linguístico de um grupo social possa ser considerado um dialeto. A existência dessa questão levou o presidente Jair Bolsonaro, naquele momento recém-eleito, a se manifestar sobre o Exame dias antes das provas de Matemática e Ciências da Natureza. Segundo ele, o ENEM deveria tratar “do que interessa” e que determinados conteúdos não seriam mais cobrados na prova, pois ele “tomaria conhecimento antes”.

Essa fala ressoava outros arroubos discursivos do presidente, como os que acusavam professoras e professores de doutrinarem alunas e alunos da Educação Básica em comunismo e ideologia de gênero ou ainda aqueles que caracterizavam as universidades públicas do país como lugares pouco afeitos à educação, mas ligados ao que, posteriormente, seu ministro da Educação classificou como “balbúrdia”. Por outro lado, ela estava articulada também com bandeiras educacionais cujo objetivo era o aumento do policiamento da atividade docente, como o Escola Sem Partido, a difusão de

escolas militares e a privatização da educação superior, em particular, com o uso de vouchers.

Esse posicionamento começou a se materializar já no início de seu mandato, quando o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) montou uma comissão para avaliar o Banco Nacional de Itens (BNI), do qual saem as questões para as provas do ENEM. Esta foi criada pela Portaria n. 244, de 19 de março de 2019, almejando “realizar leitura transversal dos itens” (Art. 1º), a qual foi definida como “uma etapa técnica de revisão de itens, cujo objetivo é verificar a sua pertinência com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do Exame” (§1º). Segundo a Portaria, a comissão seria formada por dois representantes do MEC, Marco Antônio Barroso Faria (Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior) e Antonio Maurício Castanheira das Neves (Diretor de estudos educacionais do INEP), e por um representante da sociedade civil, Gilberto Callado de Oliveira (Procurador de Justiça de Santa Catarina) (Art. 2º), competindo a ela “recomendar a não utilização de itens na montagem do exame, mediante justificativa” (Art. 3º).

A comissão iniciou o trabalho em 20 de março de 2019 e o concluiu no dia 29 daquele mesmo mês, cujos resultados não foram tornados públicos, inclusive tendo seus membros assinado um termo de confidencialidade e sigilo. Quase nove meses depois, em 13 de dezembro de 2019, após as provas do ENEM daquele ano terem sido realizadas, o INEP divulgou apenas que a comissão desaconselhou o uso de 66 itens. Não foram divulgadas que questões eram essas e as justificativas para elas terem sido consideradas impertinentes. Tais informações tornaram-se parcialmente conhecidas apenas em fevereiro de 2021, quando o INEP precisou atender ao pedido da Câmara dos Deputados para que os pareceres da comissão fossem enviados ao Congresso.

Essa solicitação foi realizada por um grupo de deputados federais³ que, em 7 de dezembro de 2020, apresentou o Requerimento de Informação n. 1607, para que o Ministro da Educação, Milton Ribeiro, prestasse esclarecimentos tanto sobre as medidas de acesso e de segurança sanitária para aplicação do ENEM 2020, o qual seria, devido à pandemia de Covid-19, aplicado apenas em janeiro de 2021, quanto a respeito da

³ O grupo era formado pelos seguintes deputados federais: Felipe Rigoni (PSB/ES), Israel Batista (PV/DF), Eduardo Bismarck (PDT/CE), Luisa Canziani (PTB/PR), Aliel Machado (PSB/PR), Tabata Amaral (PDT/SP), João H. Campos (PSB/PE) e Tiago Mitraud (NOVO/MG).

comissão que analisou os itens do BNI antes da montagem do ENEM 2019. Em relação a essa segunda demanda, o requerimento estipulou o seguinte:

A respeito do ENEM 2019 e de Comissão, estabelecida por meio da Portaria nº 244, de 19 de março de 2019, requer-se: a. atas de reuniões e decisões realizadas por Comissão de “leitura transversal” das questões que compunham o Banco Nacional de Itens do Exame Nacional do Ensino Médio; b. íntegra das questões desaconselhadas pela Comissão; c. a respeito de cada questão desaconselhada, decisão do INEP sobre seu acatamento (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020, p. 1 e 2).

Entendendo que o pedido estava de acordo com a Constituição Federal e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o relator, Dep. Marcos Pereira (REPUBLIC-SP), deu parecer favorável. Sendo assim, o requerimento foi remetido, em 6 de janeiro de 2021, ao ministro da Educação, com prazo para envio das informações até 5 de fevereiro. A resposta foi recebida nesta última data, no limite estabelecido, por meio do ofício n. 105 (MEC, 2021). O documento com 67 páginas é formado por nove anexos, nos quais o INEP prestou informações sobre os dois temas requisitados pela Câmara. Em relação aos objetivos deste trabalho, os anexos relevantes são: “Nota técnica n. 52/2020/CGEC/DAEB” (2 páginas), “Parecer da comissão externa de leitura transversal de itens do Banco Nacional de Itens do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM - 2019)” (3 páginas) e “Relatório de conclusão dos trabalhos da comissão externa de leitura de itens – ENEM 2019” (3 páginas).

A Nota técnica n. 52 informou que nenhum item foi excluído do BNI, uma vez que a comissão possuía caráter consultivo e não deliberativo. No entanto, mesmo não sendo eliminado do Banco, um conjunto de 66 questões não foi recomendado e, portanto, ficou de fora da montagem da edição do ENEM 2019 e, provavelmente, também da de 2020. O documento buscou responder aos três itens do requerimento do grupo de deputados federais. Afirmou que, quanto ao item “a”, o INEP enviou anexadas as atas e decisões da comissão. Em relação ao item “b”, argumentou que a Controladoria-Geral da União, em análise correlata, entendeu que a divulgação dos documentos solicitados poderia causar prejuízos ao próprio ato ao qual eles se vinculam. Sendo assim, não disponibilizou a íntegra das questões desaconselhadas pela comissão.

Por fim, no que diz respeito ao item “c”, a Portaria n. 244/2019 estabeleceu que a comissão procederia a leitura do item, podendo sugerir a sua não utilização, que o diretor da Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB/INEP), ouvida a equipe técnica, emitiria contra parecer para cada um dos itens não recomendados e que o presidente do

INEP proferiria decisão final sobre a inutilização do item, quando os pareceres fossem opostos. O MEC informou que tal decisão não foi proferida pelo presidente do INEP, faltando esclarecer se isso significa que este não acatou a sugestão do trio avaliador criado pela Portaria n. 244/2019 ou que os pareceres não foram contrários, eliminando essa necessidade.

Segundo o relatório da comissão externa de avaliação de itens para o ENEM 2019, houve reuniões preparatórias que apresentaram a história, os objetivos e a metodologia do exame. Os avaliadores analisaram tanto itens já pré-testados (prontos para irem às provas) quanto itens novos, das quatro áreas de conhecimento: Ciências Humanas e suas Tecnologias, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias. Por solicitação dos três integrantes, o trabalho foi organizado da seguinte forma: ficaram sozinhos na sala, sem a presença de membros da Coordenação-Geral de Exames para Certificação (CGEC)/Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB), dividiram cada caderno de itens em três partes (cada membro leu uma), debateram aquelas questões que um deles julgou pela não manutenção, registraram diretamente no item, nos primeiros dias à mão, “manter” ou “não manter”, e, nos seguintes, com um carimbo, a marcação “sim” ou “não”, e, por fim, redigiram justificativas com a razão de cada item não ter sido recomendado.

O parecer da comissão, enviado pelo MEC como resposta ao requerimento da Câmara dos Deputados, apresenta apenas o número de itens não mantidos por área e as justificativas. Não foram divulgados a quantidade total de itens, o percentual de questões não recomendado, o número de cada item e a habilidade mobilizada na questão. Essas ausências de informações limitam a compreensão sobre o trabalho e as conclusões da comissão, mas não impedem que algumas constatações sejam feitas. Em relação à quantidade, foram 66 itens desaconselhados. Como pode ser observado na tabela 1, Ciências Humanas e suas Tecnologias (44,0%) e Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (42,4%) tiveram mais itens não recomendados. Já as áreas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias (7,6%) e Matemática e suas Tecnologias (6,0%) também foram afetadas, ainda que muito menos do que as outras duas.

Tabela 1: Número de itens não recomendados pela comissão externa – ENEM 2019

Área	Itens pré-testados	Itens novos	Total	Percentual
Matemática e suas Tecnologias	2	2	4	6,0%
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	1	4	5	7,6%
Linguagens, códigos e suas Tecnologias	4	24	28	42,4%
Ciências Humanas e suas Tecnologias	11	18	29	44,0%
Total	18	48	66	100%

Fonte: Elaboração própria com base em “Parecer da comissão externa de leitura transversal de itens do Banco Nacional de Itens do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM-2019)”.

Cada item não recomendado recebeu da comissão uma justificativa, cuja forma, após deliberação de seus integrantes, foi estabelecida consensualmente como sintética. Na tabela 2, são listados, para cada uma das quatro áreas de conhecimento, todos esses motivos indicados no Parecer, sendo que alguns deles foram a razão de impedimento de mais de uma questão. Analisando o documento, observamos que as justificativas de 12 itens novos não mantidos de Linguagens e de 18 itens novos não mantidos de Ciências Humanas não foram enviadas na resposta do MEC à Câmara dos Deputados. Ao que tudo indica, essas informações estariam na quarta página do Parecer, mas apenas três páginas foram anexadas, não sabemos se por erro ou de forma intencional.

Tabela 2: Justificativas para a não recomendação de itens pela comissão externa – ENEM 2019

Área	Justificativas
Matemática e suas Tecnologias	Leitura direcionada da história/Direcionamento do pensamento Gera polêmica desnecessária/induz o jovem à infração da lei Gera polêmica desnecessária em relação à ideia de casal Gera polêmica desnecessária a favor da não redução da maioria penal
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Gera polêmica desnecessária/Direcionamento do controle de saúde Gera polêmica desnecessária/Induz o jovem a comportamento antissocial Gera polêmica desnecessária em relação à produção no campo Gera polêmica desnecessária em relação ao sistema penal
Linguagens, códigos e suas Tecnologias	Repetida Leitura direcionada da história/Direcionamento do pensamento Gera polêmica desnecessária Fere sentimento religioso Fere sentimento religioso/Ofensivo à força policial baiana Leitura direcionada da história/Sugere-se substituir ditadura por regime militar

	<p>Descontextualização histórica do texto/Distorção do papel da mulher Fere sentimento religioso e a liberdade de crença Erro de digitação/Sugere-se revisão Gera polêmica desnecessária/Ofende a força pública de modo geral Descontextualização histórica do texto</p>
<p>Ciências Humanas e suas Tecnologias</p>	<p>Leitura direcionada da história/Direcionamento do pensamento Gera polêmica desnecessária Leitura direcionada do contexto geopolítico/Direcionamento do pensamento Leitura direcionada da história/Interferência desnecessária na soberania de outro país</p>

Fonte: Elaboração própria com base em “Parecer da comissão externa de leitura transversal de itens do Banco Nacional de Itens do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM-2019)”.

O primeiro elemento que chama atenção é esse trabalho da comissão ser considerado, pela Portaria n. 244/2019 do INEP, como “uma etapa técnica de revisão de itens”. Internamente, a DAEB capacita elaboradores e revisores de itens, professores da educação básica e do ensino superior de cada disciplina, realizando esse processo em co-elaboração. Dessa forma, cada questão, para chegar ao BNI, passa por um longo caminho no qual especialistas naquela área de conhecimento, revisores e técnicos da DAEB trabalham juntos para elaborar, criticar, sugerir alterações, modificar, até que a questão esteja finalizada. A decisão, por exemplo, de chamar um período histórico de “ditadura” ou de “regime militar” deveria ser dos historiadores elaboradores e revisores do item, e não de membros externos não especializados em Ciências Humanas.

Nesse sentido, algumas justificativas técnicas da comissão foram “Repetida” e “Erro de digitação” e outras, caso efetivamente confirmadas, poderiam ser também assim classificadas: “induz o jovem à infração da lei”, “induz o jovem a comportamento antissocial” e “fere sentimento religioso e a liberdade de crença”. Segundo a Portaria n. 244/2019, a leitura transversal da comissão deveria obedecer à Matriz de Referência que orienta o exame, na qual são indicadas as competências, habilidades e objetos de conhecimento. Em que os itens não mantidos desrespeitaram a Matriz? Apesar de não ter havido a divulgação da íntegra das questões desaconselhadas, o que permitiria uma análise mais aprofundada, as demais justificativas parecem enxergar nos itens “cunho ideológico”, sob acusações mais frequentes de “leitura direcionada da história”, “direcionamento do pensamento” e “gera polêmica desnecessária”.

Defende-se, portanto, uma visão de que o conhecimento pode ser apenas técnico, desconsiderando que, sobretudo em Ciências Humanas e Linguagem, daí serem as áreas

com maior percentual de questões desaconselhadas, há diferentes interpretações e leituras da realidade. Ao aceitar as recomendações da comissão e impedir que essas interpretações cheguem às provas, o próprio ENEM acaba “direcionamento o pensamento”, pois impede que os candidatos sejam apresentados a determinadas visões, por exemplo, sobre a ideia de casal, o sistema penal, a produção no campo e o papel da mulher. O que a comissão chamou de “polêmica desnecessária” são, na verdade, temas sobre os quais há interpretações diversas e até mesmo conflitantes e, por isso mesmo, precisam ser refletidos à luz do acúmulo das disciplinas que formam cada área de conhecimento.

ANÁLISE DAS PROVAS DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM DE 2019 E 2020

Nesta seção, iremos trabalhar com a análise das provas do ENEM de 2019 – primeira e segunda aplicações (PPL) – e 2020 – primeira e segunda aplicações (PPL), mais a versão digital, estas aplicadas em 2021. Ela está organizada em três momentos: a quantidade de questões em que podemos identificar a presença da Sociologia, de modo específico ou interdisciplinar; os conteúdos presentes nessas questões; e, por fim, as propostas de redação.

Acreditamos que o ideal seria conectar essa análise dos dois últimos anos a uma série histórica que se inicia em 2009, para identificarmos mais seguramente as possíveis mudanças nos exames de 2019 e 2020. Contudo, isso não será possível de ser feito de modo pleno, por uma série de questões que serão retomadas nas próximas páginas. Um esforço embrionário foi feito neste sentido em Fraga e Matioli (2021), o qual será tomado sempre que uma análise de mais longo prazo seja esboçada.

A primeira informação que buscamos na análise das provas de 2019 e 2020 foi o quantitativo de questões nas quais identificamos a cobrança de algum conteúdo sociológico, seja de conhecimentos especificamente sociológicos, seja de modo interdisciplinar. É importante reiterar aqui que entendemos por interdisciplinaridade o item do ENEM cujo tema é diferentemente abordado por outras disciplinas de Ensino Médio (em particular História, Geografia e Filosofia) (FRAGA; MATIOLI, 2012), por exemplo: fordismo/taylorismo, Revolução Industrial, cidadania na Grécia Antiga, pensadores contratualistas, entre outros. Nesses casos, os saberes construídos em mais de uma disciplina contribuem para a resolução da questão.

Nos cadernos de prova analisados, segundo nossos critérios, não há um padrão na quantidade de questões que se destaque, como pode ser visto na tabela 3. No ano com menos questões nas quais a Sociologia esteve presente, foram 10, ainda que em 2019 (1ª aplicação), tenhamos tido 20. É preciso ressaltar que, nesta tabela, apresentamos uma série histórica que remete a 2009. Porém, ela deve ser lida com cautela, posto que, para os anos anteriores, utilizamos dados de outros trabalhos (BARBOSA; MARTINS, 2015; SOUZA, 2017; MOURA, 2018; RIBEIRO, 2020)⁴, os quais usam critérios diferentes (do nosso e entre si) e, invariavelmente, analisaram apenas a primeira aplicação do Exame. De todo modo, e com alguma despretenção, a tabela nos mostra um crescimento inicial da presença da Sociologia entre os anos de 2009 e 2013, seguido por um período de oscilação, o qual se repete, como dissemos, no intervalo de 2019 - 2020.

Tabela 3: Quantidade de questões com a presença da Sociologia por edição do ENEM (2009 a 2020)

Ano	Total	Interdisciplinar	Sociologia
2009	10	7	3
2010	12	8	4
2011	14	9	5
2012	17	12	5
2013	20	15	5
2014	13	8	5
2015	18	10	8
2016	22	16	6
2017	18	13	5
2018	10	5	5

⁴ Os números apresentados entre 2009 e 2018 são uma média básica entre os números de questões identificados pelas/os autora/es em seu trabalho, ressaltando que, por vezes, uma mesma questão é considerada sociológica em alguns trabalhos, e não em outros.

2019	20	19	1
2019 - 2	17	12	5
2020	13	10	3
2020 - 2	17	13	4
2020 - D	19	15	4

Fonte: Elaboração própria.

Quando buscamos analisar os conteúdos presentes nas questões em que identificamos a presença da Sociologia, vemos uma pequena variação com relação aos anos anteriores, ainda que seja apenas uma informação preliminar, a qual precisa ser aprofundada, pelos mesmos motivos apresentados na análise do quantitativo de questões. Identificamos (FRAGA; MATIOLLI, 2021), como os temas sociológicos mais recorrentes do ENEM, entre 2009 e 2020 (apenas nas edições de 1ª aplicação), o predomínio da temática da globalização e do mundo do trabalho, seguido dos itens de cultura, política/cidadania e Movimentos sociais. Destacamos a presença da globalização, não como tema predominante, mas como conteúdo transversal que aparece nos conteúdos sobre o mundo do trabalho, meio ambiente, movimentos sociais entre outros, a partir dos impactos das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, e as articulações transnacionais dos fenômenos descritos nas questões. Destacam-se, também, as questões sobre “socialização”, que começaram a ser mais frequentes de alguns anos para cá.

Ao analisarmos apenas os anos de 2019 e 2020, em suas cinco aplicações – 1ª, 2ª (PPL) e digital –, é possível perceber algumas diferenças. De um total de 87 questões, nas quais foram notadas a presença da Sociologia, 15 versaram sobre cultura, em suas diversas dimensões: patrimônio cultural, hábitos alimentares, práticas religiosas, museus entre outros. Tornando-a o tema sociológico mais presente, seja de modo estritamente sociológico, seja de modo interdisciplinar, como no caso de uma questão que tratava do Código de Hamurabi. Questões sobre o mundo do trabalho continuaram bastante presentes, com 10 questões no total, e o predomínio do fenômeno da reestruturação produtiva/acumulação flexível, o que, por sua vez, desenvolve-se sob o pano de fundo da globalização.

Outro item predominante foi o que chamamos de “Teoria” (9 questões), no qual conhecimentos sobre autores específicos eram mobilizados, em particular nas questões mais associadas à Ciência Política (Maquiavel, Hobbes, Rousseau e Tocqueville), mas também Marx e Weber. Destacam-se ainda questões sobre: socialização, movimentos sociais, o que podemos chamar de “questão urbana”, política/cidadania, gênero e raça (esta concentrada nas provas de 2020, 2ª aplicação e digital).

Sobre esse aspecto, é interessante destacar um elemento característico das provas como um todo, de 2019 e 2020: a repetição de temas, às vezes na mesma prova. Na segunda aplicação do exame de 2019, podem-se destacar três questões, só nesta edição, sobre as definições e a produção de “conhecimento”. Tratando de autores, em uma mesma prova caiu o livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, de Stuart Hall, por duas vezes; e, em três das cinco provas analisados, o livro *Os bestializados*, de José Murilo de Carvalho, duas delas para tratar da Revolta da Vacina. Há outros casos, mas esse já ilustra bem o caráter repetitivo da prova.

Por fim, mas não menos importante, as redações. Na tabela 4, vemos a expansão de um trabalho que já havíamos feito (FRAGA; MATIOLLI, 2015c, 2018), em que estão listadas todas as propostas de redação do ENEM, entre 2009 e 2020, em todas as suas aplicações. Podemos fazer o mesmo destaque enfatizado por nós em 2015, isto é, os temas das edições do ENEM PPL são mais “sociológicos”, em particular nos anos de 2011 e 2012.

Por outro lado, aqui notamos o aspecto mais complicado e mesmo mais perigoso das provas analisadas entre 2019 e 2020, o tema de redação da segunda aplicação de 2020: “A falta de empatia nas relações sociais no Brasil”. Apenas o título da proposta não gera implicações mais graves, contudo seus textos de apoio sim. Os dois primeiros tratam da empatia em si, já o terceiro deixa subentendida a relação entre a falta de empatia e casos de “crime de ódio” no país, entre os quais: o feminicídio, o racismo, a homofobia e a intolerância religiosa. Para a/o candidata/o que está fazendo o exame, a razão indicada na prova para a realização desses crimes seria a “falta de empatia”, e não processos políticos e estruturais de longo termo que tem como base a opressão e a violência sistemática.

Articulando esse tema de redação com outras questões na segunda aplicação da prova em 2020, como uma cujo texto de referência é do Leandro Karnal e outras duas sobre sustentabilidade, ela tem fortes tonalidades de uma autoajuda que moraliza questões que devem ser tratadas em outro âmbito. Ainda que, por outro lado, tenha sido uma edição

em que caíram duas questões sobre Marx, uma sobre indústria cultural, gênero e mercado de trabalho e a discriminação racial. Dando sinais bem contraditórios, ao longo de sua construção.

Tabela 4: Temas das redações do ENEM (2009 a 2020)

Ano	Tema
2009	O indivíduo frente à ética nacional
2009 - 2	A família contemporânea e o que ela representa para a sociedade
2010	O trabalho na construção da dignidade humana
2010 - 2	Ajuda Humanitária
2011	Viver em rede no século 21: os limites entre o público e o privado
2011 - 2	Cultura e mudança social
2012	Movimento migratório para o Brasil no século 21
2012 - 2	O grupo fortalece o indivíduo
2013	Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil
2013 - 2	Cooperativismo como alternativa social
2014	Publicidade infantil em questão no Brasil
2014 - 2	O que o fenômeno social dos 'rolezinhos' representa?
2015	A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira
2015 - 2	O histórico desafio de se valorizar o professor
2016	Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil
2016 - 2	Alternativas para a diminuição do desperdício de alimentos no Brasil
2017	Desafios para Formação Educacional de Surdos
2017 - 2	Consequências da busca por padrões de beleza idealizados
2018	Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet
2018 - 2	Formas de organização da sociedade para o enfrentamento de problemas econômicos no Brasil
2019	Democratização do acesso ao cinema no Brasil
2019 - 2	Combate ao uso indiscriminado das tecnologias digitais de informação por crianças
2020	O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira
2020 - 2	A falta de empatia nas relações sociais no Brasil
2020 - D	Desafio de reduzir as desigualdades entre as regiões do Brasil

Fonte: Elaboração própria

Com os dados, ora trabalhados, não é possível trazer uma grande conclusão sobre a relação entre as edições do ENEM de 2019 e 2020 - na versão digital de 2020, teve até uma questão sobre socialização e juventude na ditadura militar -, tendo em vista a já citada falta de sistematização das análises dos anos anteriores. Mas é possível retomar um elemento ou outro sobre cada um dos três aspectos analisados nesta seção. Em primeiro

lugar, mais importante do que identificar a presença cada vez mais forte da Sociologia no ENEM, é mais interessante indicar que ela já tem sua presença consolidada, ainda que de modo bastante oscilante, o que não mudou nos anos de 2019 e 2020.

Em segundo lugar, que o elemento mais característico dessas edições é a repetição de autores e temas em uma mesma prova, ou num intervalo muito curto. É interessante interrogar o porquê disso, se há algum fator específico. Será que os dados trazidos na seção anterior, sobre os itens desaconselhados no ENEM, limitaram o uso de questões, gerando essa repetição? Fica a dúvida. E, com relação às redações, chamamos atenção para a proposta do ENEM PPL de 2020 sobre a falta de empatia. A preocupação que ela levanta não se aplica só ao ENEM em si e aos seus usos políticos (influência política), mas sim a uma certa percepção de mundo, presente em nossas salas de aula também (bem como nas redes sociais e na televisão), de que sistemas históricos e violentos de opressão são causados pela falta de empatia, e não por fatores de outra ordem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As edições do ENEM sob o governo Bolsonaro apresentaram a especificidade de suas provas terem sido montadas após o Banco Nacional de Itens passar por inspeção de uma comissão constituída pelo INEP, a qual não recomendou 66 questões. Entre as principais justificativas para isso estão “leitura direcionada da história”, “direcionamento do pensamento” e “gera polêmica desnecessária”. A preocupação governamental de fazer um exame com perfil supostamente “consensual” e sem “teor ideológico” levou, na prática, determinados temas e interpretações a não chegarem às provas.

A análise dos cadernos de Ciências Humanas, nas diferentes aplicações do ENEM de 2019 e 2020, e a sua comparação com os anos anteriores indicam uma quantidade semelhante de questões envolvendo a Sociologia, de forma direta ou interdisciplinar. Não houve, portanto, uma diminuição de sua presença nas últimas edições. O tema da cultura, em suas diversas dimensões, teve destaque nessas provas, assim como sobre o mundo do trabalho. Em relação à redação, chamou atenção a segunda aplicação de 2020, cujo tema buscou relacionar casos de “crimes de ódio” à falta de empatia, em vez de associá-los a processos sociais, culturais e políticos mais complexos. Portanto, apesar das falas do presidente e do trabalho da comissão, não ficou evidente uma mudança mais perceptível.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Nara Lima Mascarenhas; MARTINS, Rogéria. A sociologia nos vestibulares: uma análise dos conteúdos da disciplina nos processos seletivos de admissão nas universidades federais do Estado de Minas Gerais. **Em Tese**, UFSC, Florianópolis, v. 12, n. 2, ago./dez., 2015. pp. 124-152.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Requerimento de informação n. 1607**, de 2020. Requer informações ao Ministério da Educação sobre as medidas de acesso e de segurança sanitária para aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a respeito da Comissão, estabelecida por meio da Portaria n° 244, de 19 de março de 2019 para o ENEM 2019. Disponível em:
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01w2od4ik0k2cg1i33dnblw360p9476801.node0?codteor=1947616&filename=RIC+1607/2020. Acesso em 10 mai. 2021.

FRAGA, Alexandre Barbosa; MATIOLLI, Thiago Oliveira Lima. A Sociologia no vestibular: o caminho da legitimidade pelo enquadramento. **3º Encontro Estadual de Ensino de Sociologia**. Rio de Janeiro, 28, 29 e 30 de setembro de 2012. Disponível em: <http://www.labes.fe.ufrj.br/Eventos/3ENSOC/PDF/GT4.2.2.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

FRAGA, Alexandre Barbosa; MATIOLLI, Thiago. Sociologia no ENEM: uma análise crítica. **Revista Sociologia**. São Paulo: Editora Escala. Ano IV, edição 46, abril/maio de 2013. pp. 12-17.

FRAGA, Alexandre Barbosa; MATIOLLI, Thiago. Os conteúdos de Sociologia nos vestibulares e no Enem: uma discussão sobre conhecimento prévio. **Saberes em perspectiva**, v. 4, p. 195-215, 2014.

FRAGA, Alexandre Barbosa; MATIOLLI, Thiago. Os impactos da presença da Sociologia nos sistemas de ingresso ao ensino superior: o que dizem os professores. **Em tese**, (Florianópolis), v. 12, p. 103-123, 2015a.

FRAGA, Alexandre Barbosa; MATIOLLI, Thiago. “A Sociologia no vestibular e no Enem: o caminho da legitimidade pelo enquadramento”. *In*: HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Júlia Polessa; FRAGA, Alexandre Barbosa (Org.). **Conhecimento escolar e ensino de Sociologia**: instituições, práticas e percepções. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015b, p. 252-278.

FRAGA, Alexandre Barbosa; MATIOLLI, Thiago. A Sociologia na Redação do ENEM. **Revista Sociologia**. São Paulo: Editora Escala. Edição 57, março de 2015c. pp. 58-67.

FRAGA, Alexandre Barbosa; MATIOLLI, Thiago. “Contribuições da Sociologia para a redação do Enem”. *In*: MAÇAIRA, Julia Polessa; FRAGA, Alexandre Barbosa. (Org.). **Saberes e práticas do ensino de Sociologia**. Rio de Janeiro: Autografia, 2018, p. 329-352.

FRAGA, Alexandre Barbosa; MATIOLLI, Thiago. Tema do ENEM: os seis temas de Sociologia mais cobrados no exame. **Blog Café com Sociologia**. 2021. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/tema-do-enem-os-seis-temas-de-sociologia-mais-cobrados-no-exame/>. Acesso em 10 mai. 2021.

INEP. Portaria n. 244, de 19 de março de 2019. **Diário Oficial da União**, seção 2, n. 54, quarta-feira, 20 de março de 2019. P. 41.

MATIOLLI, Thiago Oliveira Lima. “ENEM, o ensino de Sociologia e o”. In: BRUNETTA, Antonio; BODART, Cristiano; CIGALES, Marcelo. **Dicionário do Ensino de Sociologia**. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020. Pp. 114-118.

MEC. **Ofício n. 105**, de 4 de fevereiro de 2021. Assunto: Requerimento de Informação nº. 1.607, de 2020, do Deputado Felipe Rigoni e outros. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1961037&filename=Tramitacao-RIC+1607/2020. Acesso em 10 mai. 2021.

MOURA, Michelle Thomé. **A presença da Sociologia nas questões objetivas do ENEM nos anos de 2015, 2016 e 2017**. 2018. 119 f. Monografia (Especialização em Ensino de Sociologia – CESPEB). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

RIBEIRO, Flávia Ghignone Braga. **A presença e a abordagem da Sociologia no Exame Nacional do Ensino Médio a partir das diretrizes e orientações curriculares oficiais para a disciplina**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

SOUZA, Agnes Cruz de. **A sociologia escolar: imbricações e recontextualizações curriculares para a disciplina**. 2017. 363 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, 2017.